



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 45 - 12/11/2024



Resoluções do Partido Operário Revolucionário

Os impactos das mudanças climáticas sobre a vida dos trabalhadores

Mudanças climáticas são próprias das leis físicas da natureza. A ação da sociedade humana inevitavelmente interfere em seu equilíbrio. A economia se constitui no fator determinante da relação entre a espécie humana e a natureza. A existência da sociedade depende dos meios naturais, que são utilizados e transformados pela atividade social do homem. As forças produtivas que se desenvolveram e se desenvolvem historicamente por meio dos modos de produção expressam o grau e o ritmo de utilização e interferência pela sociedade humana nas leis da natureza. O último modo de produção baseado na divisão de classes, que é o capitalismo, elevou as forças produtivas a um patamar jamais obtido. A indústria, a ciência e a tecnologia permitiram uma vasta utilização dos recursos naturais e, portanto, potenciação da força de trabalho. Com o avanço das forças produtivas, foram evidenciando-se as contradições entre a sociedade humana e a natureza; entre as leis econômicas e as leis naturais. No atual estágio do capitalismo mundial, tais contradições se potenciaram e se ampliaram de tal forma que a própria burguesia teve de reconhecer os perigos dos desequilíbrios climáticos. No entanto, não pode alterar a relação caótica entre a economia e a natureza. Os seus cientistas demonstraram que o aquecimento global deve ser controlado e contido. O Acordo de Paris, de 2015, reconheceu o diagnóstico de que era imperativo reduzir a “emissão de gases do efeito estufa”. Nesse transcurso de tempo, os 147 países signatários se mostraram impotentes para cumprir objetivos declarados. O diagnóstico e o prognóstico científicos revelaram-se corretos. Mas as soluções de ordem econômica evidenciaram limitações e impossibilidades. As inúmeras COPs, realizadas desde 1995, se transformaram em um palco para teatralizações. Os planos de “mudança de matriz energética”, reciclagem, preservação do resta da flora e fauna, reflores-

tamento, proteção às nascentes dos rios, despoluição etc. não passaram e não passam de um jogo comercial e político ditado pelas potências que mais devastaram e saquearam; e que, assim, mais contribuíram para se chegar a atual situação crítica dos desequilíbrios naturais. É preciso deixar claro que nenhuma solução virá da burguesia imperialista e da burguesia servil das semicolônias. Esse é o ponto de partida de classe para se estabelecer uma resposta programática que venha do proletariado e da maioria oprimida.

Em todo o mundo, os desequilíbrios climáticos manifestam-se na forma de energia que devasta regiões e cidades. O aumento da capacidade destrutiva de tais forças e de sua frequência indica catástrofes ainda maiores que estão por vir. Embora esse fenômeno não distingue classes sociais, suas consequências econômicas e sociais recaem em maior medida sobre as nações oprimidas e as populações pobres e miseráveis. Um retrato recente se encontra na inundação que atingiu o Rio Grande do Sul e, agora, Valência, na Espanha. São os trabalhadores que perdem suas casas, empregos e, mais grave ainda, perdem familiares. Os exploradores e os mais ricos são protegidos. Uma parcela dos capitalistas, no final das contas, ganha com as catástrofes, movimentando seus negócios e recorrendo aos subsídios governamentais. É o que demonstra as dramáticas inundações que atingiram o Rio Grande do Sul. Os governos e sua imprensa, no entanto, colocam na mesma condição o empresário e o assalariado, o pequeno-comerciante e o grande capitalista, o pequeno agricultor e o agroindustrial. Os recursos destinados aos desastres ambientais ficam, em grande medida, em poder dos grupos econômicos dominantes. A difícil situação das massas se agrava ainda mais. O fenômeno natural se transforma e tormenta social da maioria oprimida. É preciso, portanto, distinguir as consequências dos desequilíbrios climáticos do ponto de vista de classe. Também nesse caso é ponto de partida para a resposta dos explorados.

Os dois pontos acima demonstram: a) os desequilíbrios climáticos estão intimamente ligados às relações capitalistas de produção e distribuição, bem como de dominação imperialista; b) as devastações causadas pelas forças da natureza, em tais condições, recaem em grande medida sobre os explorados e as nações semi-coloniais. Essa interdependência coloca as respostas de classe. A burguesia não pode apresentar e concretizar soluções a esse problema, uma vez que é a classe que reproduz as relações econômicas e sociais que potenciam os desequilíbrios naturais. Está posta a seguinte orientação, do ponto de vista da classe operária e dos demais trabalhadores: a) o programa e a tarefa é a de pôr abaixo o capitalismo e edificar o socialismo; b) combater a burguesia e seu Estado partindo das necessidades que atingem a maioria oprimida. A defesa de um programa de reivindicações diante das catástrofes é guiada pela estratégia da revolução social, ou seja, da revolução proletária. Não há separação entre o programa da classe operária nas condições “normais” das condições “anormais” determinadas pelas catástrofes climáticas. A luta pelos empregos, salários, direitos, moradias, saúde e educação ocorre diariamente. Nas situações de distúrbios causados pela “revolta da natureza”, esse programa vem à tona como emergência. Deve ser encarnado pelos sindicatos e movimentos populares. A experiência mostra que as direções burocráticas repetem a demagogia burguesa de proteção dos meios naturais, como a dos governos em torno à COP e ao G-20, mas se encolhem quando está diante de uma situação trágica como a do Rio Grande do Sul. Se alinham ao assistencialismo burguês e pequeno-burguês. Essas direções se comportam como hipócritas e servis porque rechaçam o programa da revolução social. Toda discussão, como a que ocorrerá na reunião da Coordenação Nacional e na “Cúpula dos Povos”, organizada pela CSP-Conlutas, que permaneça nos marcos do receituário burguês das COPs e se negue a aprovar a linha estratégica da revolução proletária, não apenas não cumprirá o objetivo classista como ocultará o capitalismo bárbaro e a responsabilidade da burguesia mundial. Para que isso não aconteça, é necessário: a) reconhecer que a anarquia da produção capitalista e o saque da natureza são os principais causadores dos desequilíbrios climáticos; b) evidenciar as consequências de classe dos desastres climáticos; c) estabelecer a linha programática do proletariado e os fundamentos de um programa para a ação; d) determinar programaticamente que a sociedade comunista é absolutamente necessária para que se elimine a produção e distribuição anárquica e compatibilize o máximo possível a relação da sociedade com a natureza por meio da economia socialista planejada.

Reforma Administrativa e o ataque aos direitos dos trabalhadores

Há uma violenta ofensiva dos governos federal e estaduais em avançar com a reforma administrativa. Boa parte dessa reforma já vem sendo implantada nos estados. O Supremo Tribunal Federal acabou de dar aval para a contratação de servidores públicos pela CLT, um mecanismo que leva ao fim da estabilidade. A reforma da Previdência dos servidores, boa parte aprovada em governos do PT, já tinha cortado antigas conquistas e, nesse momento, tem sido alvo para novos ajustes, visando colocá-la no mesmo patamar da reforma do INSS decretada por Bolsonaro. As justificativas são sempre as mesmas: déficit da Previdência.

Lula já tem em mãos mais uma contrarreforma, que atinge duramente a maioria trabalhadora, aposentados, doentes e pensionistas. Trata-se de um conjunto de ataques que golpeia até mesmo o “assistencialismo” de seu governo, a exemplo dos cortes nos programas sociais, saúde e educação. Tudo para salvar o “Teto de Gastos” ou o Arcabouço Fiscal. A chamada revisão do orçamento, que afeta o BPC, seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso, Fundeb, entre outros, é mais uma parte das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro. Está aí por que dizemos que o governo de frente ampla de Lula está voltado a proteger os interesses das corporações financeiras, portanto, dos credores da dívida pública.

As negociações que ocorrem no Congresso Nacional, que vão desde a substituição dos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados até cargos nos ministérios, têm contado com a participação e conivência das direções sindicais que sustentam a governabilidade de Lula. Essa unidade visa tão somente à aprovação da contrarreforma promovida pelo ministro Haddad e Tebet. Esse pacote expressa, inclusive a presença da oposição bolsonarista. Está claro que o governo, Congresso Nacional e o STF se deram as mãos para atacar a maioria oprimida, que terá seus poucos “benefícios” varridos.

A investida do governo Lula contra as massas trabalhadoras revela, também, o quanto as consequências da crise econômica mundial, po-

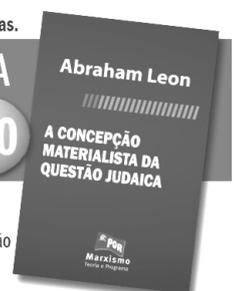
LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



tenciadas pelas guerras de dominação na Ucrânia e Faixa de Gaza e pela guerra comercial dos Estados Unidos com a China, afetaram e afetam o Brasil. Descarregar seus efeitos sobre os ombros da maioria da população é o receituário ditado pelo capital financeiro ao mundo todo. O governo Lula terá de seguir firmemente tais ditames. E deixar de lado as promessas eleitorais e rezar a cartilha dos “ajustes fiscais”.

As centrais sindicais, principalmente CUT, CTB, Força Sindical, estão com a tarefa de conter o descontentamento dos trabalhadores e da juventude pobre. Por isso, não erguerão um movimento de massa contra as reformas do governo Lula. Não por acaso, escondem o nome Lula e falam em medidas do ministro da Fazenda Haddad.

Dessa forma, cabe à CSP-Conlutas definir o caminho para enfrentar nas ruas a contrarreforma de Lula. O ponto de partida está na organização das assembleias a partir dos sindicatos operários e dos servidores públicos. É um chamado à unidade dos sindicatos, movimentos populares e estudantis para a preparação de uma paralisação nacional, um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde e educação públicas. Portanto, a defesa de um programa de ação, que proteja de fato a existência da maioria oprimida. Um programa de ação sob a bandeira de não pagamento da parasitária dívida pública.

Cabe à CSP-Conlutas denunciar e combater as direções burocráticas da CUT, Força Sindical, CTB e outros aparatos, realizando uma campanha nacional pela independência política dos organismos dos trabalhadores diante dos governos burgueses. É com independência política que os trabalhadores confiarão em suas próprias forças e pressionarão a CUT e demais centrais a romperem com o governo Lula e sua política de contrarreformas. Esse posicionamento é de choque aberto contra a burocracia colaboracionista, contra a estatização dos sindicatos e contra o divisionismo sindical imperante.

A própria CSP-Conlutas tem de rever sua posição de subordinação ao sindicalismo burocrático, uma vez que sua direção não tem conseguido organizar a luta nacional e se adaptado à camisa de força do burocratismo e corporativismo encarnados pela CUT, Força Sindical e CTB, que são os três aparatos que controlam o movimento sindical. A Coordenação Nacional deve realizar uma avaliação crítica e autocrítica de adaptação da CSP-Conlutas aos limites impostos pelo sindicalismo burocrático e colaboracionista.

A situação nacional se encontra em grande medida determinada pelo avanço da crise mundial do capitalismo. Eis: 1) baixo crescimento, tendente à estagnação; 2) alta concentração do capital parasitário e monopolista; 3) gigantesco endividamento público incluindo as economias desenvolvidas, em particular os Estados Unidos; 4) guerra comercial dos Estados Unidos contra a China; 5) recrudescimento do protecionismo das potências; 6) guerra na Ucrânia e sanções econômico-financeiras do imperialismo contra a Rússia; 7) guerras na Faixa de Gaza e no Líbano, que podem se generalizar no Oriente Médio; 8) avanço da escalada militar; 9) rebaixamento geral das condições de trabalho e existência das massas.

Um outro sintoma da crise mundial é o da emergência das tendências fascizantes. Na Europa, fortalecem-se os partidos de ultradireita. Organizam-se correntes adeptas do nazifascismo. A recente vitória eleitoral de Donald Trump reforça a política e os métodos da ultradireita. Esse fenômeno se gesta sobre a base da decomposição do capitalismo e ampliação da barbárie social. A ultradireita fascizante se alimenta do fracasso da política imperialista da socialdemocracia e, portanto, da própria decomposição da democracia burguesa. A classe média golpeada pela crise econômica pende para a constituição de governos ditatoriais. A subordinação dos sindicatos ao Estado e à democracia burguesa vem obstaculizando a organização do proletariado no sentido contrário às tendências fascizantes. A crise de direção se manifesta na ausência de partidos revolucionários e do Partido Mundial da Revolução Socialista.

De conjunto, esses elementos e contradições da situação mundial pesam decisivamente nas condições nacionais dos países de economia atrasada e semicoloniais. É o caso do Brasil, mais importante país da América do Sul. As distinções de país a país, sem dúvida, devem ser reconhecidas. Ontem o Brasil era governado pelo ultradireitista Bolsonaro, hoje, por um governo de centro-esquerda, de frente ampla, cujo pilar é o PT que expressa o nacional-reformismo. A substituição de um governo de ultradireita por um de centro-esquerda não se

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

GUERRAS NA UCRÂNIA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL. RESOLUÇÕES, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

A DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO TRAZ À TONA O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL. A TAREFA HISTÓRICA CONSISTE EM SUPERAR A CRISE DE DIREÇÃO

constituiu como um fator de equacionamento e solução da crise nacional. Hoje a Argentina é conduzida por um governo de ultradireita, que substituiu o governo peronista de caráter nacionalista, ainda que completamente deformado. A Argentina não só continua mergulhada na crise econômica como também na dramática crise social. No Brasil, a luta de classes se mantém muito aquém das condições de pobreza e miséria dos explorados. Na Argentina, a luta de classes avança em defesa das condições de existência da maioria oprimida e contra a política econômica do governo Milei. Essa comparação ajuda a entender os reflexos da crise mundial nas particularidades nacionais dos países latino-americanos e de outras latitudes.

O governo de frente ampla de Lula não tem como responder às contradições do capitalismo brasileiro em favor do desenvolvimento das forças produtivas e se contrapor aos condicionamentos da crise mundial. Submetido ao grande capital nacional e internacional, direciona sua política econômica e social para a continuidade das contrarreformas que ganharam terreno desde os governos de Temer e Bolsonaro. Diante das pressões do imperialismo, não é capaz de fazer frente à guerra comercial e às tendências bélicas que se projetam mais vigorosamente por cima das fronteiras nacionais. Com a volta do governo Trump, terá menor margem de manobra diante dos choques que vêm opondo os Estados Unidos e sua aliança à China e à Rússia. Quanto maior for a dificuldade de crescimento da economia mundial, mais dura será a guerra comercial.

A economia brasileira padece do baixo crescimento e da estagnação há décadas. A sua dívida pública é uma grande trava às forças produtivas nacionais. O arcabouço fiscal, a reforma tributária e a reforma administrativa do governo Lula servem à sustentação da dívida pública e do parasitismo financeiro. Não há como o governo romper essa camisa de força, uma vez que administra os grandes negócios da burguesia e nasceu subordinado ao domínio oligárquico. A esmagadora vitória nas eleições municipais da direita e ultradireita indica a impotência do nacional-reformismo petista, sua decomposição e seu papel contrarrevolucionário de bloqueio à luta de classes.

A realização do G20, certamente, será mais uma demonstração de que as potências não podem abrir mão do protecionismo, da guerra comercial, das sanções, da escalada bélica e, portanto, não podem chegar a um acordo pelo fim das guerras que vêm abalando a economia mundial e acirrando a opressão nacional. A discussão sobre a questão climática não passará dos discursos demagógicos de que os países ricos deveriam apoiar financeiramente os paí-

ses pobres. Está claro que a ordem mundial constituída após a Segunda Guerra se desagrega e dá lugar à escalada militar.

O fundamental dessa caracterização e reconhecimento da crise estrutural do capitalismo está em que objetivamente emerge o programa da revolução social e com ele as novas condições da luta anti-imperialista, que somente o proletariado, organizado e em luta pode encarar. Sem o combate orientado pela revolução social, não é possível enfrentar as guerras e a escalada militar. O fundamento desse programa reside na derrubada revolucionária da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. As centrais e sindicatos, obrigatoriamente, têm de se colocar no campo da revolução social para exercer a independência de classe e impulsionar a luta organizada das massas.

Partindo dessas considerações, cabe à plenária da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas aprovar uma linha classista de resposta à crise econômica, social e política. Em resumo aprovar: 1) um programa de ação que unifique a classe operária e demais trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; que unifique para derrubar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização; que unifique para impedir as novas contrarreformas que vêm sendo encaminhadas pelo governo Lula; que unifique em defesa do salário mínimo vital, calculado de acordo com a necessidade real da família trabalhadora; que unifique contra as privatizações e que defenda a reestatização sob o controle operário da produção; 2) um programa de ação que se volte contra o pagamento da dívida pública e pelo seu cancelamento, que exija maiores recursos para a saúde, educação e moradia.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**

**CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO**



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as trações às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

**SÃO PAULO
2023**

NOSSA CLASSE
Coordenação Nacional da CSP-Conlutas
por um programa de luta de classes

POR
Partido Operário Revolucionário